

## ROSA LUXEMBURGO

( greve de massas e autogestão )

Cláudio Nascimento  
( [Claudan@terra.com.br](mailto:Claudan@terra.com.br) )

Entre os teóricos da II Internacional (1889-1919) Socialista, Rosa foi a única a defender o socialismo baseado na autodeterminação dos trabalhadores, isto é, na autogestão social. Para Rosa, o socialismo implica o controle dos trabalhadores no conjunto da vida social. deste modo, Ela retoma a via de Marx, e estabelece um 'filão Marx-Rosa', que no campo da práxis revolucionária da autogestão, corresponde ao 'filão Comuna de Paris – Comuna de Gdansk', como 'reatualização' (D.Bensaid) da autogestão como conteúdo do socialismo.

Na concepção de Rosa, o socialismo deve relacionar a 'socialização dos meios de produção' e a liberdade individual. Rosa retoma Marx: " O triunfo do socialismo implica o pleno desenvolvimento do individuo". a principal característica da concepção socialista luxemburgiana é a autogestão coletiva da vida social.

Oskar Negt afirma que " como quer que definamos as formas de organização que se orientam para a autogestão, a autodeterminação e o controle da democracia pelos operários, elas são em toda sua multiplicidade formas de emancipação dos oprimidos, dos explorados e dos deserdados deste mundo, característica de todo um período histórico. Partidos ou outras organizações que não tenham como fundamento e como parte constitutiva deles abandonam a via da democracia proletária. deste ponto de vista, ROSA LUXEMBURGO FORMULOU UM PROGRAMA HISTORICO QUE PERMANECE ATUAL ATÉ OS DIAS DE HOJE"(grifo nosso).

Sobretudo, após a derrocada do 'socialismo estatal', na Rússia e Leste da Europa, após o fracasso dos regimes neoliberais pelo mundo afora, e, a perspectiva estratégia aberta ao socialismo autogestionário, mais fortes ficam as palavras de Negt em relação à vigência da obra de Rosa.

### Dualidade de Poder e Hegemonia

Segundo Norman Geras " O pensamento de Rosa engloba um conceito de duplo poder, embora de forma embrionária". No período de luta de classes, domina a tendência para cada ação de massas transbordar os seus objetivos iniciais e gerar outras reivindicações e lutas. Deste modo, supera-se, na prática da greve política de massas, a divisão entre a luta política e a luta econômica. A greve torna-se uma arma política.

Por exemplo, foi o que ocorreu no Báltico de Gdansk, na Polônia, em agosto de 1980. O sentido global da estratégia de Rosa visava, através da luta de massas, uma situação em que se pusesse a questão da transição para o socialismo. É na noção de greve de massa que a essência positiva do duplo poder se manifesta. Vejamos como Rosa definia este tipo de greve, e, que papel tinha em sua estratégia revolucionária.

A Luxemburgo dizia que, num período de lutas de classes, há uma tendência para que toda a ação de massa transborde seus objetivos imediatos e gere outras reivindicações. assim, supera-se a barreira que o capital ergue entre luta econômica e luta

política. As reivindicações econômicas e políticas convergem. Os conflitos parciais se generalizam. desenvolve-se uma dinâmica em que as lutas parciais, as preocupações imediatas se unificam num desafio revolucionário à ordem vigente.

Adiante veremos como João Bernardo fala das “lutas ativas e coletivas” e, I. Meszáros de “lutas além do capital”.

Essa estratégia, num sentido global, projeta uma situação caracterizada pela ‘dualidade de poder’, pondo em cena a questão da transição socialista. É na noção de ‘greve de massa’ que o duplo poder foi teorizado por Rosa. Método de ação das massas e forma de luta revolucionária dos operários, a greve de massa era uma forma de libertar suas energias. Rosa dizia “os operários têm de se reunirem em massa... sair das fábricas, das oficinas, das minas e das fundições, têm de superar a ruína a que estão condenados sob o jugo cotidiano do capital”.

Para Rosa, o socialismo exige o controle dos trabalhadores sobre o conjunto do processo social, isto é, a autogestão social. Isso só é possível pela ação direta e pela participação dos trabalhadores em movimento de amplitude e de vigor sem precedentes.

Assim, Rosa teoriza para um período de ‘convulsões sociais’, de revoluções; mas, também desenvolveu sua práxis em conjunturas de “clmaxia” e, em vários países com formações sociais diversas (Polônia, Alemanha e Rússia).

Para Rosa, a revolução social tem as suas próprias formas específicas para os seus objetivos exclusivos e, são essas formas e objetivos que se contrapõem ao poder institucionalizado da burguesia, construindo uma contra-hegemonia.

Através de suas ações, os trabalhadores fundam suas próprias instituições autônomas, com base na democracia direta e operária; os Conselhos operários, que são a base do poder contra-hegemonico.

Rosa Luxemburgo detectou estas formas no próprio processo de luta de massas. Escreveu em 1906: “durante os períodos pacíficos e ‘normais’ do desenvolvimento da sociedade burguesa... a luta política não é conduzida pelas massas de forma direta, mas em correspondência com a forma do Estado burgues, de modo representativo... logo que se inicia um período de luta revolucionária, logo que as massas surgem no teatro de batalha... cessa a forma parlamentar indireta de luta política”. Essa é a dialética de todas as lutas autônomas e autogestionárias, no arco histórico de mais de um século: da Comuna de Paris (1871) à Comuna de Gdansk (1980).

Deste modo, no processo da revolução, cria-se um ‘duplo poder’. As organizações que a classe operária funda no curso revolucionário das lutas ‘ativas e coletivas’, portando antagonismo com os três eixos do metabolismo social (Estado, Trabalho e Capital), lutas ‘Além do Capital’. podemos caracterizar estas organizações do seguinte modo:

- 1) as organizações permanentes – partidos, sindicatos, existentes nos períodos ‘normais’;
- 2) as organizações que surgem no período de crise – comitês de fábrica, de bairro, sovietes, etc.

O que caracteriza a revolução social é que estas organizações destinam-se a dirigir a luta revolucionária e a constituírem órgãos de poder dos trabalhadores. A distribuição de seus poderes, depende a forma futura que tomará o socialismo. Essas práticas de organização, prefiguram a organização da sociedade socialista ainda no seio da sociedade do capital.

Rosa via esboçadas na greve de massa as formas da democracia operária necessária para superar o Estado burguês. Pensando em Lênin, N. Geras “ neste sentido, pode-se dizer que o conceito de greve de massas é o ‘Estado e Revolução’ de Rosa Luxemburgo.

Todavia, o próprio Geras, nota que Rosa só falava da manifestação direta e democrática do poder operário no processo das ações revolucionárias de massa. e, não falava ainda da natureza e da importância dos órgãos da democracia operária das formas institucionais do poder operário. Pelo menos, em sua obra “Greve de Massa, Partido e Sindicato”, de 1906, não há referências aos Sovietes ou conselhos Operários; mas, no “Programa da Liga Spartacus”, Rosa os coloca como centro do poder dos trabalhadores.

Para Rosa, o poder da burguesia só podia ser destruído pelas mais vastas e profundas mobilizações dos trabalhadores. cumpre assinalar a ênfase que pôs na democracia socialista, baseada em órgãos genuínos da democracia operária, como os conselhos de trabalhadores e as ações de massa. esses Conselhos desarticulam e enfraquecem o poder do Estado capitalista, pondo de um modo material a questão de uma forma alternativa de poder. O poder do capital não pode, então, tolerar por muito tempo uma situação de luta de massas em que se desenvolvem instituições de democracia operária. A dualidade de poder e o seu prolongamento enfraquecem o poder vigente. A burguesia utiliza todos os meios para liquidar o poder revolucionário.

Rosa dizia que “O socialismo não será instituído por decreto, nem poderia sê-lo, não pode ser estabelecido por nenhum governo por mais socialista que seja. O socialismo é criação das massas, tem de ser obra de todos os operários”.

Segundo N. Geras, “Rosa Luxemburgo faz a distinção entre um socialismo que seria instituído por uma vontade burocrática e um socialismo que as massas conquistam através de suas vitórias e derrotas, dos seus erros nas ações e dos seus erros de julgamento, mas também por novas aquisições políticas e intelectuais: um socialismo que institui o controle consciente e coletivo sobre o conjunto do processo social.” Enfim, a autogestão coletiva da vida social.

Rosa fala, então, da educação política dos trabalhadores como base indispensável da hegemonia operária e da “aprendizagem política intensa, necessária para se estar à altura das tarefas gigantescas de uma revolução social”. Deste modo, o socialismo autogestionário implica a hegemonia operária, através de um longo processo de lutas, com avanços e recuos, no qual a ‘tomada do poder’ é apenas um momento culminante, o salto de qualidade.

É através da mais ampla democracia socialista, baseada em novas instituições de democracia direta, que se desenvolverá a nova sociedade socialista. Combinando ‘hegemonia’ com ‘dominação’, no sentido gramsciano, com a última subordinada à hegemonia e em processo de ‘extinção’. Quanto mais desenvolvida for a hegemonia, através de instituições de um poder alternativo, no próprio processo revolucionário, menos violento será o momento da ‘tomada de poder’, e mais rápido o processo de ‘extinção do poder político’ na transição socialista.

Para Rosa, a conquista do poder, a vitória da revolução socialista não podem ser vistas como o ato de um só momento – o da ‘tomada do poder’ -, como confronto violento. “A tomada do poder político só pode ser o resultado de um período mais ou menos longo de lutas sociais gigantescas”. Ela entende a ‘tomada do poder’ como um processo de longa duração: “A tomada do poder não pode realizar-se de um golpe, mas

progressivamente, penetrando no Estado burguês, até ocupar todas as posições e defendê-las com unhas e dentes”.

A sociedade socialista aparece na concepção luxemburgiana como uma ‘coletividade de homens responsáveis que se autogovernam’. Essa concepção socialista retoma a linha de Marx. Para o autor de “O Capital”, a revolução socialista implicava a libertação da humanidade de toda forma de alienação, de fetichismo e dominação. Uma revolução desse porte pressupõe que o proletariado adquira uma consciência de classe autêntica no curso de uma luta longa, em que se forma o ‘homem novo’ capaz de gerir uma sociedade socialista, baseada no controle social dos produtores associados livremente e que se forje ainda no interior das velhas relações sociais capitalistas como resultado do processo revolucionário.

A revolução apresenta características próprias: em primeiro lugar, deve transformar e amadurecer a consciência dos homens, deve ser um processo longo, dentro da lei do desenvolvimento desigual e combinado, não significando que deva esperar uma homogeneidade em termos de consciência do conjunto social. Em Rosa Luxemburgo, é sinônimo de processo revolucionário. No Congresso de fundação do Partido Comunista Alemão, ela polemizou com os extremistas; “ Vocês dizem; ou metralhadoras ou parlamentarismo. Nós defendemos um radicalismo um pouco mais complexo. Não apenas esse grosseiro ou-ou. É mais cômodo, mais simples, contudo é uma simplificação que não serve à formação e educação da massa”.

Assim, Rosa não se limitava à via insurrecional ou à via eleitoral, pura, mas a uma tenaz sistemática e progressiva ação de baixo, abrangendo a formação dos conselhos de operários e soldados. Dizia; “Devemos trabalhar por baixo, isto corresponde ao caráter de massa da moderna revolução operária que implica a tomada do poder por baixo, não pelo alto”.

De acordo com esta estratégia, a democracia socialista começa junto com a destruição da dominação de classe e da construção do socialismo. Para Tony Clif, “Rosa tinha convicção de que a democracia operária é inseparável da revolução proletária e do socialismo”. Rosa escreveu que “ ...a democracia social não é algo que começa somente na Terra Prometida, depois que os fundamentos da economia socialista foram criados, não aparece como uma espécie de presente de Natal para as pessoas valiosas que no infortúnio apoiariam lealmente um punhado de socialistas autoritários. A democracia socialista se inicia simultaneamente com o início da destruição do poder de classe e da construção do socialismo. Começa no momento da tomada do poder pelo Partido Socialista e é a mesma coisa que a ditadura do proletariado”.

É fundamental dizer que, Rosa entendia por ‘ditadura do proletariado’ o que atualmente podemos chamar de ‘hegemonia operária’, incorporando a terminologia de Gramsci.

Para Rosa, essa ‘ditadura’ não era a negação da democracia, mas o princípio da democracia socialista, porque é a hegemonia de toda uma classe e não de um partido. Representa o pleno desenvolvimento da democracia socialista, a mais ampla e ilimitada democracia, a liberdade de quem pensa diferente. Assim se expressa Rosa:

“Sim, ditadura ! mas essa ditadura consiste no modo como se aplica a democracia e não na sua eliminação, consiste em ataques enérgicos e resolutos contra as suas relações econômicas, sem os quais não se realizará nenhuma transformação socialista. Esta ditadura deve ser trabalho da classe e não de uma pequena minoria diretora em nome da classe”.

E que, "Quando tomar o poder...o proletariado tem de levar a cabo, imediatamente, medidas socialistas de maneira mais enérgica, mais decidida e sem tréguas. Por outras palavras, tem de exercer uma ditadura de classe não de um partido ou de uma classe – a ditadura de classe significa ditadura sob a forma pública mais aberta, com base na mais ativa e ilimitada participação da massa do povo, na democracia ilimitada".

E, "O idealismo revolucionário...só pode manter-se por um período de tempo indefinido por meio de intensa vida ativa das próprias massas, em condições de liberdade política sem limites". "É fato conhecido e indiscutível que sem uma imprensa livre e isenta de travas, sem o direito ilimitado de associação e reunião, o domínio das amplas massas do povo é totalmente impossível".

Todas essas citações de Rosa são do seu folheto sobre "A Revolução Russa".

Sua crítica ao Partido Bolchevique está nas melhores tradições do marxismo, do lema básico de Marx: "Crítica desapietada de todo o existente".

Podemos dizer que a crítica de Rosa se dirige ao grupo dirigente da Revolução Russa, ao Partido Bolchevique e não à Revolução Soviética, que ela cantou como uma revolução proletária de porte histórico mundial.

A estratégia luxemburgista implica, portanto, a hegemonia dos trabalhadores e revolução cultural como condições fundamentais de construção do socialismo.

No "Programa da Liga Spartacus", Rosa definiu a autogestão como conteúdo do socialismo:

"A essência do socialismo reside no fato de a maioria das massas trabalhadoras deixar de ser uma massa dominada, para tornar-se uma massa que vive por si mesma a vida em toda sua plenitude política e econômica, em consciente e livre auto-determinação. Assim, desde as mais elevadas secretarias do Estado até o menor município, a massa proletária terá de substituir os órgãos do poder ultrapassados da classe burguesa – conselhos federais, parlamento, conselhos municipais – pelos seus próprios órgãos de classe, os conselhos operários e de soldados. Mais do que isto, terá de ser a massa proletária a ocupar todos os postos, a fiscalizar todas as funções, a avaliar todas as exigências sociais em função dos seus próprios interesses de classe e das tarefas do socialismo. Só com uma constante e ativa interrelação entre as massas e os seus órgãos, os conselhos operários e de soldados, pode assegurar a evolução da sociedade no espírito socialista...Numa luta corpo a corpo, tenaz, contra o capitalismo em cada fábrica e empresa, por meio da pressão direta das massas e das greves, criando os seus próprios órgãos representativos, os operários podem ascender ao controle sobre a produção e, por fim, à direção real...A classe operária só pode adquirir todas as virtudes cívicas socialistas, assim como, a capacidade de gerir as operações socialistas pela sua própria atividade, pela sua própria experiência...A socialização da sociedade só pode ser realizada pela tenaz e infatigável luta da classe operária em todas as frentes...A emancipação da classe operária será obra da própria classe operária".

Aqui, neste fecho, Rosa retoma as idéias de Flora Tristan e de Karl Marx sobre a "autoemancipação dos trabalhadores".

Para N. Geras, "a sua concepção reivindica a liberdade para uma pluralidade de tendências e partidos no seio da ditadura do proletariado".

Concluimos com Kurt Lenk :” O conceito de revolução em Rosa pode caracterizar-se por: um alto grau de instrução política e amplas lutas com participação das mais amplas massas, inclusive das não-organizadas, um certo grau de maturidade das condições econômicas e políticas ,e um marcado e intenso sentimento de classe,que tem que ser transformado em consciência de classe. Uma organização que deve desenvolver-se à raiz da luta revolucionaria e cujas ações expressam o começo da ruína da sociedade burguesa.Uma greve geral de massas que inicia a revolução e deve resultar das próprias lutas sociais”.

### Socialismo, Nação e Hegemonia Cultural

Rosa foi vista como uma internacionalista que nunca levou em conta a questão nacional.Em 1989,visitando a polônia,para intercambio com militantes de Solidarnosc,pude ver muito bem essa distorção da obra de Rosa.Em visita a um velho militante socialista polonês,fundador do antigo Partido Socialista , xxxxx, nos dizia que não apreciavam a obra de Rosa,porque Ela nunca deu importância as lutas nacionais polonesas.O mesmo sentimento encontrei entre os metalúrgicos de Cracovia ,Nowa Huta, ao lhes apresentar o livro que tinha escrito ,intitulado “Rosa Luxemburgo e Solidarnosc” (editora Loyola),com a hipótese de que a práxis dos operários poloneses portavam afinidades com as idéias de Rosa sobre a greve de massas.

Mas, encontramos o ‘sentimento nacional’ em uma serie de textos que Rosa escreveu em 1908-1909,publicados na revista teórica da SDKPiI. Em sua integra,estes textos foram publicados na França apenas em 2001 ( la question national et l'autonomie”-2001),Claudie Weill,na introdução, o define como “O elo que faltava” na obra de Rosa: “ é um texto maior nas reflexões de Rosa Luxemburgo sobre a questão nacional, um pivot conhecido sobretudo através da critica de Lenine,pouco compreensível se não temos o original.Ele permite,assim,corrigir a visão de Rosa Luxemburgo como internacionalista intransigente – o que é incontestável – que teria sub-estimado,mesmo desconhecido o fator nacional”.

Nesta obra,encontramos definições luxemburgistas sobre o socialismo,desta vez,relacionado a questão nacional,ao território.Rosa analisa o surgimento histórico da auto-administração em vários Estados modernos: França,Inglaterra,Alemanha,Áustria,Rússia e Polônia.No Capitulo IV,intitulado “Centralização e Auto-Administração”,Rosa explica a dialética entre capitalismo,cidade,industria ,cultura e Estado.

Sigamos o raciocínio de Rosa Luxemburgo:

O centralismo dos Estados modernos vem acompanhado necessariamente do burocratismo.No Estado medieval,no sistema de servidão,as funções publicas decorriem da propriedade fundiária,sob a forma de impostos.O absolutismo no fim da Idade-media separou as funções públicas da propriedade do solo,criando uma nova categoria social: os funcionários da Coroa.

A auto-administração social torna-se,então, uma adaptação das funções concentradas no Estado as necessidades locais e induz a participação da população.É ,deste modo,uma das formas de democratização do grande Estado centralizador.

“O centralismo estatal-administrativo e burocrático foi introduzido na França pelo absolutismo sob o ‘Ancien regime’.A supressão da independência comunal das

idades, em particular Paris... criaram no tempo de Richelieu um potente aparelho de Estado”.

“A Grande Revolução agiu em dois sentidos:

1- aboliu totalmente os restos territoriais feudais;

2- no lugar de uma administração provincial burocrática designada pelo governo, ela criou uma administração local com representantes eleitos pela população.

Todavia, Napoleão de uma penada aboliu toda participação da população na administração local e transferiu a totalidade do poder para as mãos de funcionários designados pelo governo central: prefeito, vice-prefeito e delegado.

“As grandes tradições da Comuna de Paris, de 1793 a 1871”, trouxe um medo profundo as camadas do poder dominante. Na Terceira República, a população voltou a participar na administração, transformando as comunas e departamentos de instrumentos exclusivos do governo central até aquele momento, em órgãos da auto-administração democrática”.

Especialmente, no Capítulo V (“A Nação e a Autonomia”) e no capítulo VI (“A Autonomia do Reino da Polônia”), Rosa relaciona a questão do socialismo com o desenvolvimento da sociedade capitalista, principalmente, no campo cultural e no da auto-administração nacional.

Lembra-nos, sem dúvidas, as idéias de Gramsci sobre a “hegemonia cultural”, de forma bem mais clara que em “A Liga Spartacus”. Sigamos seu raciocínio dialético:

Por um lado, “O capitalismo transforma a vida e as formas sociais, dos fundamentos materiais até a cúpula, as formas culturais. Produz toda uma série de fenômenos econômicos inteiramente novos: a grande indústria, a produção mecanizada, a proletarianização, a concentração da propriedade, as crises industriais, os trusts capitalistas, a indústria moderna à domicílio, o trabalho das mulheres e das crianças, etc.

Por outro, “ao mesmo tempo, o capitalismo produziu uma nova cultura, um novo centro da vida social emergiu: a grande cidade, assim como uma nova classe social: a inteligência profissional”.

Da mesma forma, a sociedade capitalista tem necessidade da saúde, da educação e da formação profissional, a comunicação, as artes. Assim, “O capitalismo cria uma cultura espiritual nova”, e, “a cultura espiritual da sociedade burguesa constitui em si mesma um ser vivo e autônomo até certo ponto”.

Aqui, Rosa chega a sua visão da democracia: “não somente as formas políticas modernas, a democracia, o parlamentarismo, mas também uma VIDA PÚBLICA ABERTA (grifo nosso), uma troca aberta de visões e de concepções contraditórias, uma vida intelectual intensa que permite a luta de classes e dos partidos”.

E, a questão central: “O capitalismo não cria esta cultura no éter ou no vazio, mas em um território dado, em um ambiente social definido, em uma língua precisa, no quadro de certas tradições, enfim, em condições NACIONAIS precisas”.

“esta cultura se transforma em cultura nacional dotada de uma existência e de um desenvolvimento que lhes são próprios”. Para Rosa, a tendência do desenvolvimento contemporâneo vai no sentido de uma comunidade sem cessar crescente da cultura internacional. Mas, “sobre o fundo desta cultura burguesa altamente cosmopolita, a cultura francesa se distingue claramente da cultura inglesa, a cultura alemã da cultura

dinamarquesa, a cultura polonesa da cultura russa, como de tantos outros tipos separados”.

E, o sistema capitalista leva todos os Estados modernos ao desenvolvimento histórico da ‘auto-administração local’. O que é singular à cada Estado ‘é a especificidade da vida nacional-cultural, que cria uma esfera de interesses comuns específicos ao lado dos interesses puramente econômicos e sociais”.

“A auto-administração nacional conforme ao espírito da democracia se funda na representação da população e seu poder legislativo local nos quadros das leis do Estado, para satisfazer as exigências sócio-econômicas nacionais e nacionais-culturais”.

Numa perspectiva histórico-dialética, estas instituições do e o próprio desenvolvimento capitalista, formam um fenômeno com duas faces:

Os meios do desenvolvimento e da dominação de classe da burguesia são, ao mesmo tempo, os meios para reforçar o proletariado enquanto classe em sua luta pela emancipação e pela abolição da dominação da burguesia(...). Estas mesmas instituições democráticas, este mesmo parlamentarismo burguês são, a um certo nível, UMA ESCOLA INDISPENSÁVEL À MATUREZA POLÍTICA E DE CLASSE DO PROLETARIADO, uma condição para organizá-lo em um partido social-democrata, para o preparar para a luta de classe aberta”.

Para Rosa, a mesma escola popular, a educação elementar, que servem à burguesia para ter ‘braços adequados para o trabalho’, para criar o consumo de massa, no campo da cultura espiritual, “esta mesma escola e esta educação tornam-se instrumentos intelectuais de base do proletariado enquanto classe revolucionária(..), no sentido do saber como alavanca da luta de classe, como consciência revolucionária das massas trabalhadoras”.

Enfim, para Rosa: “O socialismo que relaciona os interesses operários enquanto classe ao desenvolvimento e ao futuro da humanidade como grande fraternidade cultural produz uma finidade particular entre a luta proletária e os interesses da cultura em seu conjunto e no seu conjunto, engendra o fenômeno aparentemente contraditório e paradoxal que faz do proletariado consciente hoje em todos os países o porta-voz mais ardente e o mais idealista do saber e da arte desta mesma cultura burguesa na qual ele é hoje o bastardo deserdado”.

No capítulo VI, Rosa retoma suas idéias, agora, em relação a Polónia.

Inicialmente, valoriza a disputa de hegemonia, contrapondo-se ao anarquismo: “nosso proletariado, deve simultaneamente tomar distância da desilusão e da indiferença anarquistas frente às formas burguesas de desenvolvimento sob pretexto que elas são burguesas(...) Compreender que a libertação da dominação de classe não é possível que graças ao desenvolvimento o mais amplo e mais livre que seja, graças a uma luta de classe cotidiana, tenaz, e tirando desse desenvolvimento todos os instrumentos e todas as perspectivas de vitória”.

“A liberdade cultural e nacional que servirá às nossas camadas possuidoras de instrumentos eficazes ao serviço de seus interesses de classe, aportará ao mesmo tempo ao proletariado todo um arsenal de armas forjadas para sua contra-ofensiva de classe”.

Enfim, “a autonomia territorial pode, em diferentes graus, constituir um avanço da mesma ordem, segundo as diferentes formas que tomarão as instituições do governo local”



Agora, sim, podemos adentrar nas idéias de Mario Pedrosa, a quem dedicamos um estudo mais aprofundado no livro “ Mario Pedrosa: um tipo curioso”\*.

MARIO PEDROSA:  
A Revolução Ativa de Massa e a Autogestão

Em Mario Pedrosa vamos encontrar elementos fundamentais sobre o conceito gramsciano de ‘revolução ativa’, em sua obra de 1966 (“A Opção Imperialista”), mas que retoma ensaios da época em que estava exilado nos EUA. “A Opção Imperialista” traz um capítulo intitulado “Reformas contra-revolucionárias”. Nele, Mario assinala que, “O FATO DECISIVO, realmente, de toda essa época que se poderia chamar de nazi-rooseveltiana foi a transformação não somente política mas econômica por que passou o mundo. Não se pode compreender na sua essência e na sua dinâmica o complexo sócio-econômico capitalista ocidental de hoje sem a consciência clara e objetiva das transformações iniciadas com a grande depressão de 1929-30 e o Plano Marshall de 1947. Que se passou então? O capitalismo liberal, impotente para vencer a depressão e repor em marcha o mecanismo produtivo e econômico mundial, cedeu lugar a regimes transitórios e totalitários, cujo obscurantismo político, moral e cultural revelava profundo retorcimento da própria civilização ocidental. O terrível paradoxo foi que, no plano econômico e financeiro, aqueles regimes quebraram várias ortodoxias intocáveis do capitalismo clássico decadente. A época atual provém, em grande parte, daquele paradoxo. Conhece-lo é indispensável à compreensão dos acontecimentos e de muito dos traços característicos de agora. É o que nos propomos demonstrar neste capítulo.

A mais importante daquelas ortodoxias era a irremovibilidade do padrão ouro como fundamento sine qua non de todas as transações comerciais, financeiras do sistema capitalista dentro e fora das fronteiras nacionais dos países. Nos Estados Unidos, Roosevelt quebrou o padrão monetário do dólar, desligando-o do ouro, interveio nos bancos para controlar-los, lançou, segundo a receita keynesiana, vasto programa de obras públicas em pleno recesso, para absorver o desemprego em massa, enquanto na Alemanha Hitler, sem um tostão em ouro nos cofres do Tesouro Nacional, cria várias espécies de marcos, controla bancos, põe fábricas em funcionamento, mesmo sem levar em conta sua rentabilidade contábil e milhões de trabalhadores desempregados a abrir e pavimentar estradas para os futuros exércitos, contentando assim militares e oficiais ociosos e dando satisfação aos grandes magnatas do ferro e do aço, do carvão, da indústria química e da eletricidade que o financiaram e cuja febril atividade encheria o país de quartéis, depósitos, fábricas, minas, armamentos de toda sorte. A Alemanha sai da depressão, apresenta-se forte, com aparência de prospera. Hitler fez reformas, Mussolini fez reformas, mas essas reformas tinham socialmente, culturalmente, politicamente caráter anti-histórico e obscurantista: eram o que me permitiu, então, chamar de “reformas contra-

revolucionarias".

Em nota de pé-de-página Pedrosa acresce, "A ascensão da classe operária, que se fazia em nome dos direitos democráticos que ela ia conquistando, um a um, numa luta de sacrifícios durante mais de um século, deixou de ser sua obra, para o ser de um punhado de especialistas e funcionários, de burocratas que em nome dela decidiam de tudo, sem consultá-la. Ao contrário, mistificando-a. Eis a essência das reformas contra-revolucionárias da época. Eis aí porque fascistas e nazistas puderam organizar partidos de estrutura análoga a dos partidos comunistas e com tais métodos e instrumentos puderam fazer amplas incursões no seio do movimento operário, com os resultados que se sabe".

Para Pedrosa, as "reformas contra-revolucionárias" definiram toda uma época entre as duas guerras. Pedrosa define as alternativas políticas que surgiram nessa época; de um lado, "a solução fascista": consistiu precisamente em deformar a economia do mercado livre, mas ao preço da extirpação das instituições democráticas. Os fascistas criaram as moedas dirigidas, intervieram no mercado de trabalho para impedir as greves, controlaram os bancos e, finalmente, para repor em marcha a economia, entregaram-se ao surto armamentista que constituiu o grande mercado para as forças produtivas, inativas até então por falta de escoadouros.

Essa foi a reforma contra-revolucionária dos países fascistas totalitários", conclui Mario.

Em relação à União Soviética, Pedrosa afirma: "Essas economias que proliferaram até a Segunda Grande Guerra, tiveram a sua expressão mais acabada sob o fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão. Não foram, contudo, liquidadas com a guerra. Dariam lugar a formações idênticas, embora em graus de acabamento diferentes e de origens às vezes opostas. Hoje temos, sob outras formas políticas e com outra ideologia, sistemas econômicos semelhantes. A economia mais acabada nesse sentido é a da própria União Soviética... Na Rússia, deu-se uma evolução no sentido da totalitarização da economia e da sociedade... O Estado tornou-se senhor de todos os meios de produção. Nesta base, uma nova casta dominante surgiu... Todas as formas de organização econômica e política perderam a sua autonomia, integradas no aparelho estatal. Não existe ali nenhum contrapeso de controle democrático. O Estado dispõe ao mesmo tempo da totalidade do poder econômico e do poder político."

(Mario Pedrosa, "Os socialistas e a III Guerra Mundial", Rio, 1948).

Pedrosa analisa o resultado dessa situação, no campo teórico, "Nos partidos comunistas imperavam o monolitismo safado e, no fundo, retrogrado do stalinismo, a mais terrível estreiteza teórica e uma combinação do oportunismo com um sectarismo organizatório do mais completo feitio totalitário. A União Soviética fazia então uma política de feroz realismo nacional russo nos países ocupados (amigos ou inimigos) e no jogo com as outras grandes potências de um oportunismo realmente digno delas. Os socialistas (ou comunistas) restantes pelo mundo, quando lucidos, eram impotentes; quando carregando ainda poderosas massas trabalhadoras atrás deles, não tinham independência em face de seus respectivos governos nacionais e ainda mais rotineiros e sem princípios, no seu oportunismo visceral, que os stalinistas. Dáí resultou a impotência teórica generalizada no mundo imenso do socialismo numa prática, conseqüentemente, inconsciente, contraditória, do mais baixo empirismo.

...Quanto a União Soviética,....,retomava sua política de intensificação da indústria pesada,tentando aqui e acolá conquistar novas posições no exterior,na base da mesma velha estratégia de antes da guerra e de velhas formulações teóricas num mundo que assistia ao desmentido mais acabado as perspectivas socialistas,comunistas,marxistas quanto ao futuro do capitalismo;...O mundo está pagando caro essa impotência teórica".

Mário Pedrosa expõe,em detalhes o que chama de "arsenal totalitário das reformas contra-revolucionárias","Sob o regime das reformas contra-revolucionárias institucionalizadas,inclusive nos países democráticos ocidentais,a eficiência produtiva aumentou,a racionalidade econômica cresceu,a cultura chegou as "massas",mas tudo em detrimento do homem,do homem com seus fins e aspirações contraditórias,substituídos esses por jornadas de trabalho cada vez mais curtas mas infinitamente mais intensas e um dia cada vez mais cheio de mata-tempos,distrações e divertimentos organizados,sistemas de informações crescentes em quantidade e relativa diminuição do valor,propaganda das vantagens da melhor democracia,da melhor cerveja,do melhor calista,do melhor negócio,da melhor igreja,do melhor cinema,circo ou jogo,do melhor político,do melhor campeão,do melhor governo,do melhor trabalhador ou patrão,do melhor doutor,da melhor mãe,etc,etc.O melhor no pior também é objeto de admiração.Todas as manifestações culturais de nosso tempo participam desse otimismo,desse enfechamento sobre o presente - é o opio do povo." Conclui Pedrosa,"As categorias sociais desaparecem,o homem é atomizado; é o ideal da democracia,da boa,isto é,representativa.Esse ideal foi criado pelo fascismo.É o que impera nos Estados Unidos".

Essa é a essência do neocapitalismo;neste contexto,qual o problema fundamental?Como repensar a estratégia revolucionária?

Diz-nos Mário Pedrosa,"Por vezes,de certos círculos inesperados veem luminosas observações que ajudam a colocar o problema fundamental -de países subdesenvolvidos e massas trabalhadoras com suas aspirações sociais- em face do neocapitalismo,quer dizer,o problema da reforma ou revolução." Mário fala da obra de E.Staley,"O Futuro dos Países Subdesenvolvidos"(1963).Entretanto,será na obra de Myrdall,"An International Economy"(1956) que Pedrosa extrairá elementos fundamentais.Assim,Myrdal situa a questão:"

"...mas,mesmo assim,as reformas não são provavelmente dadas as pobres massas populares só por causa da racionalidade e benevolência das classes privilegiadas;como sempre previamente na história,as reformas têm de ser conquistadas pela luta,vencendo a resistência tenaz da maioria dos que têm aceitar sacrifícios.E sem diminuir a importância dos conselhos e da pressão de fora,como exemplificados pelos vários grupos das Nações Unidas,a luta decisiva tem de ser travada no terreno doméstico.As reformas terão de vir como resultado de um processo político de eficácia crescente".

Comenta Mário,é que-diz ele- essas lutas,acarretam em si mesmas uma preparação,um exercício educacional insubstituível na democracia";"Esse processo,afirma, é cumulativo em caráter e,do ponto de vista oposto, nada é mais apto a fortalecer a base para os frágeis começos da democracia política nos países não desenvolvidos do que embarcarmos com sucesso nas reformas necessárias para quebrar as desigualdades sociais e econômicas".

Essa visão de Mário Pedrosa está inspirada nos trabalhos de André Gorz,basicamente em

"Estrategia Operaria e neo-capitalismo"(1964)."Num livro sob muitos aspectos novo e construtivo pela originalidade e sobretudo pela maneira de repor o problema capital da estrategia da revoluçao socialista em nossa epoca...".Vamos seguir o pensamento de Pedrosa:

"O problema da revoluçao nos paises subdesenvolvidos é diferente,sem duvida,do da revoluçao nos paises de alta industrializaçao.A diferenca maior,quanto a forma,está em que a velha alternativa entre a luta pelas reformas e a insurreiçao armada deixou praticamente de existir,principalmente nos velhos paises altamente industrializados do Ocidente."Mario fala do desenvolvimento tecnologico e as mudanç as no que Marx chamava de "assalariados produtores" .".

Assim,"A revoluçao socialista opoe ao consumismo alienante do neocapitalismo outra concepçao das necessidades.E´ uma gigantesca tarefa social,economica,cultural,etica,desalienante...";"A reforma revolucionaria nos paises de neocapitalismo é a transformaçao deste,por dentro,em socialismo.Este se vai impondo e introduzindo na estrutura daquele ate transforma-lo,fazendo dele o seu contrario.As nossas reformas são a revoluçao dos subdesenvolvidos- revoluçao mais ampla e menos definivel,mais contraditoria e complexa,mais impetuosa e mais plebeia,mais popular,isto é,menos homogenea socialmente...Ela tambem visa a dar as populaçoes que vivem no interior de seu territorio um sentimento novo,o de uma participaçao coletiva num todo nacional cultural enfim acabado ou completo, capaz de falar,entender-se,comunicar-se com o mundo num acento que lhe é proprio".

---

#### Mario Pedrosa: Um projeto nacional Cultural

“O Poder Nacional não pode antecipar-se ao estado fluidico da propria sociedade,e só alcançara a plenitude de sua força e de sua coesão quando aquelas classes ( as “classes oprimidas”)encontrarem,dentro do todo nacional,o seu lugar ao sol”.(Mario Pedrosa)

Retomando o livro de Mario Pedrosa, “A Opção Imperialista”, vemos que Mario volta a um texto de 1948( “Os socialistas e a guerra”),em que analisa os fenomenos do nazi-fascismo,do americanismo-fordismo,do stalinismo,emprega o conceito de “reformas contra-revolucionarias”, para chegar a definiçao das revoluçoes nos paises do chamado “Terceiro Mundo”.

Vimos que este conceito tem afinidades com o gramsciano de Revoluçao Passiva,elaborado,sobretudo,no seu estudo sobre o americanismo,no QC numero 22(1934).Gramsci põe o americanismo como uma das formas de revoluçao passiva,e pensa o seu corolario: a revoluçao ativa socialista.

Tal qual Gramsci nos anos 30,Pedrosa nos anos 40,tenta repensar a questao da revoluçao no neocapitalismo,incluindo a questao dos paises subdesenvolvidos.O velho debate Oriente x Ocidente.

Pedrosa caracteriza o pensamento marxista e socialista no quadro da revolução passiva imperante em todo o período entre as duas guerras. "Nos partidos comunistas imperavam o monolitismo safado e, no fundo, retrogrado do estalinismo, a mais terrível estreiteza teórica e, uma combinação do oportunismo com um sectarismo organizativo do mais completo feitio totalitário...Dai resultou a impotência teórica generalizada no mundo imenso do socialismo numa prática, conseqüentemente, inconsistente, contraditória, do mais baixo empirismo". Para Pedrosa, a URSS agia na "base da mesma velha estratégia de antes da guerra e de velhas formulações teóricas num mundo que assistia ao desmentido mais acabado as perspectivas socialistas, comunistas, marxistas quanto ao futuro do capitalismo; este era, com efeito, capaz de novo surto de desenvolvimento de suas forças produtivas, por uma notável transformação de suas estruturas. O mundo está pagando caro essa impotência teórica... Não há, assim, por que se admirar se se dá com um mundo na mais formidável revolução tecnológica e mesmo científica de que há memória - mas engolfado ainda num primarismo político positivamente indecente".

Dai, a necessidade de repensar a questão da transformação social.

Assim, Pedrosa afirma que o problema fundamental - de países subdesenvolvidos e massas trabalhadoras com suas aspirações sociais - em face do neocapitalismo, é o problema da reforma ou revolução.

Citando Myrdal, Pedrosa avança sua reflexão: "(...) Como sempre na História, as reformas têm de ser conquistadas pela luta, vencendo a resistência tenaz da maioria dos que têm de aceitar sacrifícios. Então, a luta decisiva tem de ser travada no terreno doméstico. As reformas terão de vir como resultado de um processo político de eficácia crescente". Diz

Pedrosa, "Assim, em lugar de condenar as lutas pelas reformas como um mal, o economista europeu socialmente consciente tende a considerá-las como inevitáveis e também fecundas. É que essas lutas, diz ele, acarretam em si mesmas uma preparação, um exercício educacional insubstituível na democracia. Myrdal que não é marxista, aproxima-se aqui do velho Marx na sua maneira propedéutica de educar democraticamente os povos e os homens na ação e pela ação".

"Só reformas dessas é que não são "contra-revolucionárias", mas reformas "revolucionárias". Para os subdesenvolvidos não há outras". Pedrosa afirma a "necessidade, a fecundidade da intervenção ativa do povo na efetivação das reformas verdadeiras, estruturais; sem essa intervenção não poderão elas vingar... A experiência histórica tem mostrado que ao concorrer para a melhor organização dos elementos de defesa e afirmação social das camadas populares e proletárias da sociedade vai a luta de classes perdendo em violência, em virulência, em explosões súbitas, como outrora, de rebeldes famintos, de escravos oprimidos, de negros perseguidos (nos EUA e na África, e outrora no Brasil, no Haiti) e a se desenrolar em processos de luta organizados, bem delimitados, viris mas disciplinados".

Adiante define que "As reformas de estrutura de que tanto se fala, precisam de dois requisitos para assim serem definidas: participação direta, cooperação ativa na sua execução, do povo, das camadas de rendas baixas e médias, ao contribuírem para "controlar o consumo dos ricos", e término da exploração das massas proletárias pelo imperialismo". Aqui, Pedrosa aproxima-se da definição de hegemonia. Citando o "velho marxista Karl Kautsky", do "Caminho do Poder" (1909): a "revolução proletária" seria dirigida - nos países de alto desenvolvimento naturalmente - por uma classe operária senhora de seus destinos, tendo o que perder, rica em quadros experimentados em todos os setores da vida

social e cultural, forte de suas poderosas organizações sindicais, políticas, culturais, etc... A luta de classes, assim - e o pensamento vem direto de Marx e de Engels - não é necessariamente um processo de agravamento de violências e subversões, nem de caos, mas pode ser um processo de disciplina, educação e criatividade das massas proletárias”.

### Neoliberalismo , mundo do trabalho e autogestão

Pedrosa dialoga com Gorz (“Estratégia Operária e neo-Capitalismo”-1964), para retomar suas questões sobre “revolução e reforma”, “ Ocidente e Oriente”.

”Num livro sob muitos aspectos novo e construtivo pela originalidade de conceitos e sobretudo pela maneira de repor o problema capital da estratégia da revolução socialista em nossa época, Andre Gorz retoma de alguma forma a questão da natureza das reformas e contra-reformas, revolução e contra-revolução de que é tão cheia nossa época... Gorz trata o problema posto por nós nos idos de 40: a natureza de certas transformações havidas ou por haver no funcionamento ou nas estruturas do capitalismo. Gorz dirige-se especialmente ao movimento socialista nos países desenvolvidos da Europa ocidental. Dir-se-ia não nos tocar. Engano.

O problema da revolução nos países subdesenvolvidos é diferente, sem dúvida, do da revolução nos países de alta industrialização. A diferença maior, quanto a forma, está em que a velha alternativa entre a luta pelas reformas e a insurreição armada deixou praticamente de existir, principalmente nos velhos países altamente industrializados do Ocidente. Quanto a força motriz dos movimentos, contrariamente ao que se pensa, continua nos países de alto desenvolvimento, a poder ser representada pela classe trabalhadora redefinida. Os “assalariados produtores” a que se referia Marx não podem mais ser confinados a noção de “trabalhadores manuais, criadores de mais-valia , pagos por peça ou hora. O desenvolvimento tecnológico e produtivo ampliou extraordinariamente essa noção”.

No “capitalismo global”, diz Pedrosa ,”a alienação que outrora recaía sobre os operários, como produtores mutilados pela sua concentração nas tarefas parceladas na fábrica, agora se completa quando ele aparece como consumidor, ao qual a publicidade arrebatou a possibilidade de escolher ou mesmo de reconhecer suas próprias necessidades pessoais”.

Para Pedrosa, esse capitalismo global é resultante das reformas contra-revolucionárias dos anos 20 e 30.

”Sob o regime das reformas contra-revolucionárias institucionalizadas, inclusive nos países democráticos ocidentais, a eficiência produtiva aumentou, a racionalidade econômica cresceu, a cultura chegou as “massas”, mas tudo em detrimento do homem, do homem com os seus fins e aspirações contraditórias, substituídos estes por jornadas de trabalho mais curtas mas infinitamente mais intensas e um dia cada vez mais cheio de matatempos, distrações e divertimentos organizados, sistemas de informação crescentes em quantidade e relativa diminuição do valor, propaganda das vantagens da melhor democracia, da melhor cerveja, do melhor calista, do melhor negócio, da melhor igreja, do melhor cinema, circo ou jogo, do melhor político, do melhor campeão, do melhor governo, do melhor trabalhador ou patrão, do melhor doutor, da melhor mãe, etc, etc... Tudo isso vem do arsenal totalitário das reformas contra-revolucionárias. As categorias sociais desaparecem, o homem é atomizado; é o ideal da democracia, da boa, isto é, representativa. Esse ideal foi criado pelo fascismo. E’ o que impera nos Estados Unidos”.

Claramente, vê-se que Pedrosa assimilou profundamente sua vivência nos EUA. "Nos Estados Unidos, o mecanismo da produção em massa do neocapitalismo criou uma suprema categoria social, medida pelo maior número de bens duráveis que possui um cidadão. A classificação do homem na sociedade tende a desligar-se de seu trabalho e de sua função na produção para caracterizar-se pelo grau de seu consumo. (...) Ao fabricar em massa as coisas mais espontâneas ou casuais, por definição artesanais ou do fazer manual, são institucionalizadas, como a torta, a maionese, a pipoca, o sorvete, o brinquedo, a gravata, o bonde, o berimbau, o saxofone, a esteira, o rosário, o santo, a imagem, a lembrança, o amor, o casamento, etc. Assim, a população inteira, todos os dias, de norte a sul, de leste a oeste do país, come a mesma torta, a mesma salada, nas mesmas horas, de alto a baixo da escala social".

Para Mario, "a revolução socialista opõe ao consumismo alienante do neocapitalismo outra concepção das necessidades. É uma gigantesca tarefa social, econômica, cultural, ética, desalienante. A equipe dos trabalhadores cientistas representa papel primordial. Onde o trabalho é parcelado, é subordinado a norma de rendimento, onde produz fadiga nervosa e física, periodicamente, sistematicamente, onde se faz um ambiente de massa ou coletivo, seriado, mas no qual não tem o trabalhador uma visão de conjunto do produto em elaboração, onde o estatuto pessoal do trabalhador é subsumido no grupo ou categoria na fábrica, no laboratório, no escritório, na empresa, no empreendimento, onde as relações pessoais entre o trabalhador, o assalariado individual e o diretor, o gerente, o patrão, não existem mais - estamos em face do produtor assalariado, seja um trabalhador manual, um operário qualificado, um técnico, um engenheiro, um pesquisador, um sábio. E na categoria de produtor assalariado são todos membros, potencialmente, essencialmente, da classe operária. Não é o capitalismo, nem mesmo o neocapitalismo que dispõe ainda de fronteiras abertas. O mundo do trabalho é o mundo de fronteiras abertas; ele não pode, porém, como mostra Belleville ("Une Nouvelle Classe Ouvrière" - 1963), esperar passivamente que suas fileiras cresçam. Tem ele, em compensação, a possibilidade de reivindicar as fronteiras novas. Compete a ação sindical moderna esse reivindicar de novas fronteiras para o trabalho".

Uma civilização do trabalho, obra da praxis da classe operária e' a alternativa a civilização neocapitalista.

### Bases de um Projeto nacional cultural

Pedrosa retoma sua questão da reforma. "A reforma revolucionária nos países de neocapitalismo é a transformação deste, por dentro, em socialismo... As nossas reformas são a revolução dos subdesenvolvidos - revolução mais ampla e menos definível, mais contraditória e complexa, mais impetuosa e mais plebeia, mais popular, isto é, menos homogênea socialmente. Ela é todo um processo de mudanças contínuas nas estruturas da sociedade, desde uma alteração profunda no dinamismo social das populações rurais, em que uma velha classe de proprietários fundiários desaparece para dar lugar a uma nova classe de capitalistas agrícolas em face de um novo proletariado rural direta e organizadamente assalariado, a uma modificação não menos radical na ordem econômica geral, com crescimento considerável do setor da propriedade pública até colocar sob o seu controle as principais alavancas de comando da economia nacional. O peso específico da classe

trabalhadora tende a aumentar e o crescimento das forças produtivas irá depender de mais a mais das técnicas de planejamento e de uma política de investimentos de caráter acentuadamente social. Ela também visa a dar às populações que vivem no interior de seu território um sentimento novo, o de uma PARTICIPAÇÃO COLETIVA NUM TODO NACIONAL CULTURAL (grifo nosso) enfim acabado ou completo, capaz de falar, entender-se, comunicar-se com o mundo num acento que lhe é próprio”.

Segue Pedrosa, ”Esse é o modelo que a história e a experiência empírica têm elaborado para o Terceiro Mundo. As revoluções dos países do Terceiro Mundo tendem a refletir-se umas sobre as outras e a revelar uma face internacional cada vez mais pronunciada. As revoluções nacionais dos subdesenvolvidos têm não só problemas comuns mas também inimigos comuns. Elas não podem vencer sem uma reforma profunda na estrutura do comércio internacional e, logo, da economia internacional... A revolução dos subdesenvolvidos é absolutamente antiimperialista. A luta antiimperialista, para ser vitoriosa, tem de ser levada a efeito numa frente comum dos países subdesenvolvidos, como sua política permanente, independentemente de conjunturas nacionais críticas ou crônicas... Nessa política externa está contida a condição fundamental para a realização do objetivo nacional permanente - a emancipação. As tarefas internas urgentes serão irrealizáveis - ou para realizá-las o esforço e o sacrifício serão ainda mais penosos - sem uma ação coletiva das nações incompletas em marcha para a integração nacional no plano regional e no plano internacional”.

#### A Revolução Dupla ( Anti-imperialista e Anti-capitalista )

“A revolução dos subdesenvolvidos é assim dupla: a emancipação nacional em face dos interesses imperialistas alheios e contrários. A emancipação social das classes oprimidas e de baixos e médios rendimentos, internamente. Não basta que desenvolvamos ou criemos uma indústria, equipando-a com todos os recursos de que precise, arrancando os capitais onde estiverem para aquele fim, mas - nas próximas décadas - já não se poderá tolerar que essa tarefa se faça exclusivamente às custas da miséria das nossas populações. É preciso que ao mesmo tempo se alimente o povo, se vista o povo, se abrigue o povo, se o eduque, para uma nação moderna e modernamente equipada. O controle das rendas terá de ser severo, o controle dos investimentos implacável, a redução dos ganhos improdutivos será uma necessidade, a estandardização dos bens de consumo e duráveis uma imposição social, o monopólio do comércio exterior e do câmbio sem brechas, prioridade absoluta dos instrumentos públicos de ensino e educação tecnológica para o povo (inclusive guerra ao analfabetismo); destruição do velho aparelho estatal e sua remodelação completa para servir as transformações da economia e da sociedade, abolição das forças armadas e sua substituição por milícias populares, aproveitamento de seus serviços técnicos e industriais para aplicações civis no desenvolvimento das infra-estruturas sociais e econômicas”.

“Não há, assim, reformas de meio termo para contentar alguns grandes Estados ricos e protetores. Toda reforma que nos países subdesenvolvidos se confine a alterações administrativas, técnicas ou legais de ordem interna, será reforma tipicamente contrarrevolucionária, pois visa a enquistar ou calcificar a subordinação da economia primária ao Estado ou Estados imperialistas, controladores dos recursos financeiros internacionais. Não



emancipa o país. Ao contrário. E implica a permanência no estágio da estagnação ou dos níveis do subconsumo ou da mediocridade. Quer dizer da dependência.

Nos países altamente industrializados, o problema da revolução ou reforma contrarrevolucionária é diferente. Andre Gorz o coloca nos seguintes termos:

“É possível do interior do capitalismo -quer dizer, sem antes o ter abatido- impor soluções anticapitalistas que não sejam incorporadas e subordinadas ao sistema?” .E volta ele a velha questão: reforma ou revolução? Era questão primordial quando o movimento parecia ter a escolha entre a luta pelas reformas ou a insurreição armada. Não é mais o caso da Europa Ocidental. E por isso mesmo a questão já não tem a forma de alternativa. A questão agora diz respeito a reforma. Mas, sustenta Gorz, trata-se de saber se são possíveis o que chama de “reformas revolucionárias”, ou “reformas que vão no sentido de uma transformação radical da sociedade”.

### A Autogestão Socialista

“Onde a liberdade individual é subjugada? no setor mais importante da vida moderna, no local de trabalho, na oficina, na fábrica, na empresa. Como é possível reinar aí a autocracia e a liberdade em outras partes?”

“Eis o Socialismo. Mas deixemos o galo cantar ainda na madrugada”.

(Mario Pedrosa, “A Opção Imperialista”)

Podemos afirmar que toda a obra de M. Pedrosa, intitulada “A Opção Imperialista” (1966), tenta responder a pergunta que citamos acima; e que, sua resposta ao aplicar o marxismo de “O Capital” ao processo de produção capitalista da grande ‘corporação’ norte-americana, ponta de lança, vanguarda do Capital, é a do socialismo com base na autogestão. É o que veremos adiante!

Para Mario, a grande crise de 1929 e o advento dos regimes fascistas na Europa trouxe um fenômeno novo, que causou perplexidades nas arraiais dos socialistas e comunistas. Nessa atmosfera surgiram as reformas-contrarrevolucionárias, inéditas: eram dirigidas contra o capitalismo liberal, eram reformas “anti-capitalistas”, de alguma forma.

Gorz, segundo Pedrosa, fala de “reformas revolucionárias”: as que vão no sentido de uma transformação radical da sociedade. “Ele tomou a questão pelo seu lado positivo, e nós, pelo negativo, numa situação anterior, bem diferente da em que escreveu seu livro, em 1964”. Na verdade, nos anos 40, Pedrosa analisou o fenômeno das “revoluções passivas” e, Gorz, nos anos 60, analisa seu corolário, as “revoluções ativas”.

As reformas estruturais, revolucionárias, não tratam de delegar ao Estado a tarefa de emendar o sistema. (diz Mario: Emendar o sistema não é a tarefa dos subdesenvolvidos: estes o que têm a fazer é CRIAR um sistema, o sistema deles, um sistema novo. A reforma de estrutura é para o autor aqui comentado uma REFORMA APLICADA OU CONTROLADA PELOS QUE A RECLAMAM (grifo nosso). O que importa é que surjam de todos os campos novos centros democráticos de poder - ao nível das empresas, escolas, municipalidades, regiões, órgãos de planejamento, etc”.

Aqui, Pedrosa nos fala da autogestão social, um dos elementos da revolução ativa de massa. Isabel Loureiro, em texto para o Seminário do centenário de Pedrosa, captou muito bem a

proposta de Mario, inclusive, mostrando como está aprofundada em relação à época da “Vanguarda Socialista”.

“Numa crítica ao socialismo burocrático, Mario defende a idéia de que uma sociedade socialista é aquela em que os indivíduos se autodeterminam a partir da esfera da produção: é portanto em primeiro lugar em torno da empresa e na empresa que gira a luta pelo socialismo. A verdadeira transformação econômica socialista só ocorrerá no momento em que a empresa for “uma comunidade cooperativa e não uma organização antagônica” (“A Opção Imperialista”, pág. 394), em outras palavras, no momento em que deixar de existir a separação entre dirigentes e executantes, ou seja, quando for implantada a autogestão ou gestão coletiva da produção(...).

Segue Loureiro: “As idéias de Mario a respeito da autogestão são bastante rápidas, mais indicativas de uma direção do que propriamente de uma reflexão original, em que retoma a tradição conselheira, aliás mencionada por ele (revolução alemã, conselhos de fábrica de Turim, Frente Popular na França, Barcelona da Guerra Civil e, bem entendido, os soviets russos (p. 354-5))”.

E, “o que garantiria a vitória da revolução, tanto na metrópole como na periferia, é que ela seria feita e controlada pelo poder popular. São necessários “novos centros democráticos de poder” (empresas, escolas, municípios, regiões, etc), ou seja, descentralização do poder de decisão, restrição aos poderes do Estado e do capital, “uma extensão do poder popular, quer dizer, uma vitória da democracia sobre a ditadura do lucro” (p.324). Assim como no VS, Mario continua a pensar que o controle dos trabalhadores sobre toda a vida social é o caminho para o socialismo democrático, e este começa já, “antes da tomada do poder”.

É verdade o que nos diz Loureiro sobre a ausência de uma reflexão original sobre a autogestão por parte de Pedrosa. Todavia, Mario sempre escreveu de uma forma ‘barroca’, nos obrigando a um olhar muito apurado embaixo da ‘nevoa embruxadora’, termo que gostava de usar, de seus escritos.

Deste ponto de vista, na parte III de seu livro, intitulada “Os Órgãos Supremos do Imperialismo”, no capítulo dedicado a ‘grande corporação’ norte-americana, que o ‘velho’ Pedrosa, baseado em “O Capital” (cita: “Karl Marx, The Capital, Vol. III, Process of capitalist production, Interest and Profit, Chicago, 1909, págs. 447-459), mostra como a autogestão é o conteúdo do socialismo. É assim, analisando a principal criação do Capital, que Mario desenha o que deveria ser o futuro do trabalho liberto do capital.

Mario não chega à autogestão, apenas ou somente, através das lutas operárias, mas, o que é fundamental, analisando as relações entre os 3 eixos do núcleo de metabolismo do Capital (Meszaros), o Estado, o Trabalho e o Capital.

Sem dúvidas, uma influência do método dialético dominante na Tendência dirigida por CLR James e Raya Dunayevskaia, em seus estudos sobre o movimento operário norte-americano.

Com uma leitura deste tipo, João Bernardo definiu “A Opção Imperialista”, “entre as mais notáveis da literatura marxista mundial”.

Possivelmente, Loureiro, como aconteceu em sua leitura de Mario, na Tese sobre “vanguarda Socialista”, em que o classifica de ‘marxismo eclético’, como diz o próprio Mario em relação a James Burnham: “Ouvindo cantar o galo, mas não soube onde”!

Para Pedrosa “a questão do destino da grande corporação na própria sociedade americana é de importância incommensurável”, e que, “O problema sai do campo de uma técnica econômica

para um campo bem mais vasto da teoria social ou organizatória da sociedade”. Nesta pisada, o pernambucano de Timbaúba nos leva à Autogestão Social.

Mario inicia dizendo que ‘por toda parte, a burocracia tende a usar o Estado como sua propriedade privada’, nos EUA, ‘uma formação social, senão nova, amadurecida e consciente de seu poder, a oligarquia dos dirigentes das grandes corporações, tende a dar aos negócios do Estado a tônica de sua presença’. Para Ele, a ‘essência da corporação moderna’ é guardar as relações capitalistas de produção e ao mesmo tempo enredar em torno de si mesma a trama das relações públicas.

Baseado em uma ampla literatura norte-americana da época\*, Mario mostra como a corporação” levanta incessantemente problemas de poder”, e que, “um padrão de distribuição de seus lucros que sugere uma EVENTUAL SOCIALIZAÇÃO NÃO-ESTATAL DESSES LUCROS’.-grifo nosso-.

Em sua análise, Mario traça uma contradição fundamental na dinâmica da grande corporação; a crescente separação entre a Propriedade e o Controle. Contradição que, no Direito americano da época, se traduz em ‘aplicar à ‘corporação quase pública’ a tradicional lógica da propriedade”.

Para Pedrosa, “A evolução do processo é, como se vê, no sentido de DESAPROPRIAR OS PROPRIETARIOS CAPITALISTAS EM BENEFICIO DO PESSOAL DE DENTRO DA SOCIEDADE’-gn-.

A propriedade privada vai sendo expelida da grande unidade produtiva, que é a corporação. Mas, para Mario, na forma jurídica, “o grupo de direção continua a gerir e controlar a corporação para o benefício dos proprietários”. cita, então, o jurista francês George Ripert: “o direito civil não conhece a empresa, mas só o proprietário”. E que, “a lei não cobre a complexidade dessa entidade nova que é a corporação... Os tribunais não estavam capacitados para julgar”.

Ou Berle, quando diz que, “Separam-se propriedade e direção (controle). Os acionistas são os proprietários da exploração, mas não podem dirigi-las eles próprios. Assim o proprietário não é mais o empresário”.

Essa contradição, segundo Mario, tornaria ‘o processo histórico irreversível’; tornar independente, autônoma a corporação como um todo e dentro dela, dar o poder ao grupo controlante. MARX PREVIU E DESCREVEU O PROCESSO quase 70 anos antes. Veremos adiante”, conclui Pedrosa.

“Marx, há cem anos afirmava que o capitalista investidor derivava a pretensão ao lucro da empresa... não de sua propriedade de capital mas de ‘sua função na produção’ distinta da forma na qual ela é apenas propriedade inerte. Isso aparece como contraste onde quer que ele trabalhe com capital emprestado, de modo que lucros e interesse da empresa cada qual vai para diferentes pessoas”.

Em nota de pé de página, Mario esclarece: “Ora, é precisamente esta a grande tese de Marx. Ainda aqui foi o primeiro a ver no funcionamento moderno das sociedades por ações, no desenvolvimento prodigioso do sistema de créditos, as premissas organizatórias, técnicas, políticas e funcionais para a nova ordem de produção. As páginas condensadas de O Capital sobre as sociedades por ações assim demonstram.”

Citando Hilferding (“Das Finanzkapital”): “Em sua obra clássica, ao tratar da questão e referindo-se à contribuição de Marx, escreve: “Nossa concepção da economia da sociedade por ações vai além da exposta por Marx. Marx apreende em seu esboço genial – a parte da execução que lhe ficou infelizmente vedada – o apel do crédito na produção capitalista, a formação da sociedade por ações como consequência do crédito e traçou suas

conseqüências”. E com toda a razão, Hilferding conclui o que Marx considerara antes de tudo “foram as conseqüências econômico-políticas do papel da sociedade por ações”.

Mais adiante : “Como se vê ,o segredo da direção empresarial das grandes corporações é velho com a Sé e o velhíssimo Marx o define em termos que o presidente da DuPont Company, Sr. Crawford H. Greenewalt, repetiu, quase cem anos depois, como se o tivesse lido: Talvez a melhor analogia com o trabalho do executivo é o condutor de sinfonia sob cujas mãos uma centena ou por ai de especialistas altamente qualificados e muito diferentes se ajustam num único esforço de grande eficácia”.

Assim, diz Pedrosa “Marx reconhece ser isso uma espécie de ‘trabalho produtivo que tem de ser exercido em todo modo de produção que requeira uma combinação de trabalho...esse trabalho de superintendência necessariamente surge em todos os modos de produção, que se baseiam no antagonismo entre o trabalhador como produtor direto e o dono dos meios de produção”.

Para Mario, citando “Philosophy of Manufacturers” de Ure : “As fabricas cooperativas fornecem a prova de que o capitalista se tornou justamente tão ‘superfluo’ como agente na produção, como ele mesmo, na sua forma mais desenvolvida ,acha supérfluo o proprietário da grande propriedade territorial”.

Mario considera, então, dois planos da grande corporação:

- 1) a autonomia da empresa em relação ao mundo exterior;
- 2) a sua evolução internamente para chegar a ser uma COMUNIDADE COOPERATIVA –gn- e não uma organização antagônica”.

“Levando-se o pensamento até mais adiante poder-se-ia dizer – o comunismo não é a norma de ‘ cada um, segundo suas necessidades’, mas antes, dentro da empresa, o momento em que a vigilância ou a superintendência se socializa”, em outras palavras, a autogestão.

Assim, “A análise de Marx sobre o processo de produção capitalista na empresa é de maior alcance que a dos economistas e mesmo juristas que se debruçaram sobre o problema. Afastando o enredado de relações puramente jurídicas e financeiras, que encobrem o fenômeno social que se está processando com a famosa separação da propriedade e do controle do capital, o processo de produção ‘é simplesmente um processo de trabalho’.

Para Mario, neste debate, Marx traz um elemento novo “O Trabalho”. E, a seu modo irônico de “ir às realidades concretas”, pergunta:

”Que tem com efeito, o trabalho com essas altas questões de propriedade, de lucro, de juros, de interesses e de direção nas corporações em que são dezenas, centenas de milhares? Nada. São instrumentos...de trabalho”.

Com grifos nossos, citamos Pedrosa sobre a originalidade da análise de Marx: “No estudo específico da sociedade por ações, em seu aparecimento moderno, Marx introduz outras categorias que lhe vão permitir encará-la no seu dinamismo e não estaticamente. nela o capital apóia-se ‘num MODO SOCIALIZADO DE PRODUÇÃO e de força de trabalho e se reveste diretamente da forma de capital social ( CAPITAL DIRETAMENTE DE INDIVDUOS ASSOCIADOS) distinto do capital privado. A sociedade por ações assume a forma de empresas sociais distintas das individuais. É a ABOLIÇÃO DO CAPITAL como PROPRIEDADE PRIVADA dentro dos limites da própria produção capitalista”

Seguindo com as idéias de Marx, Mario continua sua análise: “Nas sociedades por ações a separação que se verifica não é apenas a função que é separada da propriedade do

capital,mas – e Marx insiste em dizer e incluir tal separação na análise de todo o processo- O TRABALHO NATURALMENTE É SEPARADO POR COMPLETO DA PROPRIEDADE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO E DA MAIS-VALIA DO TRABALHO.

Segundo Mario, “desde 1865, quando Marx escrevia as linhas acima, até 1890, quando ENGELS editou o terceiro volume.Numa frase realmente à la Marx,o seu colaborador e editor resume a análise:

“Isto é a abolição do modo capitalista dentro da própria produção capitalista” e acrescenta,numa expressão que vai inspirar Schumpeter (“Capitalism, Socialism and Democracy”,1914) a formular sua talvez tese básica sobre o desenvolvimento do capitalismo – “uma autodestrutiva contradição”, que representa em sua face mera fase de transição a nova forma de produção...É a produção privada sem o controle da propriedade privada”.

Enfim, ainda na pisada de Marx,Pedrosa fecha essa parte de sua análise:

“As companhias por ações,prossegue Marx,põem a nu o antagonismo, o tornam visível: se os meios sociais da produção são propriedade privada, a conversão à nova forma de ações ainda permanece nos limites do capitalismo.Assim, em lugar de superar o antagonismo entre o caráter social da riqueza e seu caráter privado, aquelas companhias desenvolvem o antagonismo até uma nova forma.AS FABRICAS DE COOPERATIVAS DOS PROPRIOS TRABALHADORES representam dentro da velha forma os PRIMEIROS COMEÇOS DA NOVA, embora elas naturalmente reproduzam e tenham de reproduzir,por toda parte,na pratica da organização,todas as limitações do sistema prevalecente.Nesles,contudo,O ANTAGONISMO ENTRE CAPITAL E TRABALHO É SUPERADO,pois os PROPRIOS TRABALHADORES SE FAZEM SEUS PROPRIOS CAPITALISTAS, o que lhes possibilita usar os meios de produção para o emprego de seu próprio trabalho.Eles MOSTRAM O CAMINHO PELO QUAL UM NOVO MODO DE PRODUÇÃO PODE NATURALMENTE SURGIR DE UM VELHO, quando o desenvolvimento das forças materiais da produção e das formas correspondentes da produção social alcança um certo estagio.As companhias por ações capitalistas bem como as fabricas cooperativas podem ser consideradas como FORMAS DE TRANSIÇÃO DO MODO CAPITALISTA AO MODO ASSOCIADO, com esta distinção – o antagonismo é enfrentado negativamente numa, positivamente noutra”.

E, tenta, via Marx,explicar essa forma dupla de antagonismo:

”Marx tenta explicar essa formula algo vaga de distinguir as duas formas de produção em que o capital já se apresenta socialmente e não privadamente.” O salario de superintendência,tanto do gerente comercial como do industrial,aparece completamente separado dos lucros da empresa nas fabricas cooperativas dos operários como nas sociedades por ações.A separação dos salários da superintendência dos lucros da empresa,que é em outros casos acidental,aqui é constante.Na fabrica cooperativa o caráter antagonico do trabalho de superintendência desaparece,uma vez que o gerente é pago pelos trabalhadores em lugar de representar o capital contra eles”.

Fechando esse capitulo 12, Mario Pedrosa põe os pontos nos ii,numa verdadeira Proclamação da Autogestão:

“ Os teóricos e panegiristas da corporação pretendem ter ela ultrapassado a esfera do capitalismo econômica,social,cultural,científica,tecnológica do pais, o móvel intimo que a impele,que a dirige e a põe em movimento é ainda privado.Sua finalidade intrinseca é

– em ultima ratio- o lucro,o lucro que,se dispersa em parte,se acumula também,se concentra em relativamente poucas mãos,estas as dos proprietarios de fato , os grandes,os que decidem dos destinos da corporação; é,pois, ainda um lucro de fato privado,personalizado”.

E,arremata: “Não é,pois , ‘socialista’, mas ‘feudalista”.Assim,para transformar-se não será preciso muito,apenas uma alteração nas relações jurídicas que a regem,redefinindo-a na ordem do Estado; dentro dela,há que faze-la passar à GESTÃO

COLETIVA,segundo o principio de que não pode mais haver separação entre direção e execução,dirige quem executa,executa quem dirige, são dirigentes os que trabalham,são trabalhadores os que dirigem.dentro dela os que trabalham são todos,em maior ou menor grau,trabalhadores produtivos.Os trabalhadores não querem mais ser um parafuso mecânico na engrenagem produtiva.Querem saber o que estão fazendo,ter participação no processo total,tomar conhecimento de para onde vão,deixar de ser alienados no processo social do trabalho de que são, peças”.

E conclui, na linha da autogestão,inclusive citando a experiencia da Yugoslavia:

“ A direção capitalista da corporação, com toda a sua abertura progressista, é alienante, antisocial e reacionária,privatista.Se ela quer fazer do Estado seu Estado, mas sem intermediários,sem representantes,isso corresponde,em planos paralelos, à reivindicação mais profunda e de maior alcance social e cultural dos trabalhadores dos países de alto desenvolvimento,na Rússia como nos Estados Unidos,na Inglaterra como na Alemanha,Suécia e até na YUGOSLAVIA, onde há um esforço conscientemente oficial nesse sentido: o de que as FUNÇÕES GESTIONARIAS SEJAM COLETIVAS,não havendo mais lugar para medianeiros e representantes seus na produção,mas eles mesmos,como trabalhadores,como produtores,com sua experiência,seus conhecimentos,seu ângulo de visão próprio.A ‘DEMOCRACIA DIRETA’ que proclama Rosseau como meio de exprimir a vontade do povo ou da maioria é aí que se manifesta ou se pode realizar.O conceito de representação da vontade do povo,da maioria,deve ser arquivado num museu de antiguidades.pertenceu a uma outra civilização,civilização de minorias que encontrou no mecanismo das representações o segredo da perpetuação do seu poder,de sua riqueza e propriedade.A vontade da maioria não é o monstro abstrato incapaz de expressar-se a si mesmo inventado por Rosseau.É hoje um conceito manejável, sociologicamente verificável, que se exprime diretamente de mil maneiras e em mil escalões, nos limites dos vários ‘todos sociais’ de que se compõe a sociedade. Mas é sempre uma relação direta e mútua,como corrente e contra corrente,entre dirigentes e executantes.Quer dizer sempre intercambiável.EIS O SOCIALISMO.MAS DEIXEMOS O GALO CANTAR AINDA NA MADRUGADA”.

### O ‘braseiro revolucionário dos sovietes”

Mas,em paginas anteriores,Pedrosa se pergunta sobre esse processo nos Estados Unidos.”O que estamos vendo nos Estados Unidos não é propriamente tentar-se fazer da cooperação empresa já socialista ou socializante.Mas é proclamar o sistema econômico americano como um sistema tendo ultrapassado o capitalismo e se transformado num sistema também ‘social’ ou com as vantagens,apenas proclamadas,apenas teóricas do socialismo,já realizadas.Então o que se tornou ‘superfluo’ não foi o ‘capitalista’ mas a revolução socialista, a ‘expropriação dos expropriadores’.

Analisando a revolução tecnológica da informática e da automação, Mario diz que, “ O que

Marx descreve é o capitalismo chegado ao apogeu de seu desenvolvimento tecnológico, dos novos métodos de produção”. ( Grundrisse der Kritik der politischen Oekonomie, Rohentwurf, 1857-1858. Dietz, Berlim, 1953).

Pedrosa faz referências às lutas operárias, os CONSELHOS OPERÁRIOS na Alemanha. “Ao sair da guerra vencido e emprobecido, a social democracia alemã assumia timidamente o poder, sob pressão de um proletariado que iniciava mal e atabalhoadamente, na empresa, na fábrica, uma luta insurrecional pelo poder, através dos conselhos de empresa que se espalharam por toda a Alemanha e acabaram por ter a chancela, no papel, de um artigo da nova constituição democratíssima de Weimar. A luta, vitoriosa na letra da lei constitucional, foi perdida realmente nas ruas, nas fábricas. Os conselhos de empresa tinham, então, uma coloração vermelha, reflexos do braseiro revolucionário dos soviets na Rússia de Lênin e Trotski”.

Na Itália, “Antes de Mussolini, comunistas e socialistas, em face a este problema, deram com GRAMSCI a expressão acabada teórica revolucionária desses conselhos (...) quando, em 1936, em França, com Leon Blum como primeiro-ministro, os operários entraram em greve pelo país inteiro, criando uma modalidade nova de greve, greve com ocupação em massa da empresa. Ao ocuparem as fábricas, os operários não tinham o menor sentimento de atentar contra a propriedade alheia. Era a sua fábrica que ocupavam. Abusavam? dizer que abusavam de seu direito já é reconhecer que tinham um direito” (George Rippert).

Na Europa os aspectos sociais mais profundos da empresa, quer dizer, seu destino em outro modelo de sociedade, tomavam vulto, em virtude do clima revolucionário, anticapitalista, ali preponderante. A IDEIA DE SOVIETES AINDA ESTAVA NO AR, COMO A SUPREMA ASPIRAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA. Os operários, por seus partidos e líderes, queriam disputar ao capitalista, ao industrial, o domínio sobre a empresa. Todo o poder aos soviets”, lançado então pelos comunistas e socialistas independentes, queria dizer exatamente isto; O CONTROLE OPERÁRIO SOBRE A EMPRESA CAPITALISTA. Aqui, em pé de página, Pedrosa cita GRAMSCI:

“Antonio Gramsci, o líder teórico e revolucionário italiano que passou em prisão, e nela nela morreu, enquanto Mussolini reinava sobre a Itália, em relatório de julho de 1920 sobre ‘o movimento turinense dos conselhos de fábrica’, assim o descrevia :

“os conselhos de fábrica cedo criaram raízes. As massas acolheram voluntariamente esta forma de organização comunista, se juntaram em torno dos comitês executivos e apoiaram energicamente a luta contra a autocracia capitalista... Os conselhos e comitês obtiveram notável êxito: esmagaram os agentes e os espias dos capitalistas, ataram relações de ordem financeira e industrial nos negócios fazendários; concentraram em suas mãos o poder disciplinador e demonstraram às massas desunidas e desagregadas o que significa a gestão direta dos operários na indústria” (A. Gramsci, ‘Antologia degli Scritti’, editori Riuniti, Roma, 1963, pág. 46).

Prossegue Mario: “A nova ordem revolucionária socialista viria. Quando a vaga insurrecional na Europa central e na

Itália refluíu, a empresa capitalista, campo de batalha decisivo entre classes em conflito – a classe trabalhadora e a patronal – foi largada à sua sorte: voltou a ser a fábrica do patrão. A França da Frente Popular em 1936, onde a vaga revolucionária das massas operárias chegou

bem depois, em virtude, provavelmente, dos despojos da vitória terem concorrido para estabilizar a situação econômica do país por mais tempo, e a Espanha, em face do assalto internacional fascista com Franco à frente das tropas mouriscas, foram os últimos palcos políticos onde os soviéticos voltaram a ser objeto de luta. Aliás, também em Barcelona, lideradas pela Federação Anarquista, os operários ocuparam as fábricas. Depois veio a guerra, com a ocupação de toda a Europa pelo nazismo e fascismo, e a derrota generalizada de comunistas e socialistas de todos os matizes. O capitalismo em debandada conseguiu reerguer-se no ocidente e inaugurar no pós-guerra fase de verdadeira restauração na Europa, graças em grande parte ao maciço auxílio norte-americano. Deu-se um verdadeiro renascer do capitalismo e nos Estados Unidos a grande corporação ressurgia como o centro de toda a vida econômica do país. Mas o problema da empresa, da corporação, não deixou por isto de existir. Desta vez, porém, o que se vê é uma fase de evolução do lado ‘de cá, isto é, do lado patronal-capitalista, quando, em outra etapa histórica, ela mera vista do ‘lado de lá, isto é, do lado dos ‘bárbaros’, ao de fora da cidadela. DA “COMUNA”.

Assim, Pedrosa fecha sua idéia com ‘chave de ouro’: A Comuna de Paris !